



O AMERICANISMO E O FORDISMO NA ANÁLISE DOS BOLETINS DA CBAI

TALITA BORDIGNON *

A partir de 1946, o nacional-desenvolvimentismo começou a ganhar forma no Brasil. Se até 1945 a política se deu em função da redução do poder dos setores agrário-exportadores, a partir de então entra em cena a classe trabalhadora clamando por maior participação. Foi no primeiro governo de Getúlio Dornelles Vargas (1930-1945) que se combinaram os interesses dos trabalhadores com os interesses da burguesia industrial, aos ditames do populismo. É desta época a aprovação da legislação que, pelo menos aparentemente, beneficiava os trabalhadores: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o salário mínimo, por exemplo, foram mecanismos adotados pelo governo para dar forma à política de massas. Por um lado, as garantias deixaram os trabalhadores satisfeitos; por outro, foi uma tática que procurou alimentar o desenvolvimento industrial. Pode-se dizer que:

[...] graças em parte à política de massas, foi possível efetivar determinadas etapas do desenvolvimento industrial. Por meio das técnicas jurídicas e políticas inerentes ao populismo, manteve-se em nível adequado ao progresso industrial a relação entre o custo de vida e o salário real. Em âmbito mais largo, foi a democracia populista que propiciou a conciliação de interesses em benefício da industrialização e em nome do desenvolvimento nacionalista. [...] (IANNI, 1975:61-62)

Analisando a conjuntura do período, verifica-se que foi necessário ao governo estabelecer uma política de salários. Se não houvesse um mínimo a se pagar aos trabalhadores, estes se veriam em situação tão precária, que não fariam desenvolver a economia, já que não teriam poder de compra. Dessa forma, pode-se dizer que as leis trabalhistas mantiveram as relações de produção em conformidade com as exigências do desenvolvimento econômico. Isto significa que a política de massas que ocorreu no Brasil durante este período, tem conotação essencialmente desenvolvimentista. A preocupação era fazer com que o país se desenvolvesse sem que fosse necessário procurar ajuda econômica internacional. E, para tanto, a estratégia foi organizar, controlar e utilizar a força política das classes assalariadas em favor da política nacional desenvolvimentista (IANNI, 1975).

Quando a ideia de país independente sem auxílio externo não mais se sustentou, aliar o capital nacional ao capital estrangeiro se apresentou como outra alternativa. Este novo

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE-CECH-UFSCar). Professora de História na Educação Básica do Estado de São Paulo (SEE-SP).

modelo de desenvolvimento estava ganhando maior espaço e a sustentação da ideia de um Brasil independente economicamente não duraria muito tempo.

Houve embate entre os nacional-desenvolvimentistas e os liberais que, por sua vez, não podem ser considerados monolíticos: o liberalismo estava por redefinir as premissas básicas do *laissez-faire*, considerando as transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram no pós-guerra, para além das crises que movimentaram o capitalismo internacional desde 1929. No Brasil, a teoria neoliberal ganhou espaço entre os intelectuais logo após a Segunda Guerra Mundial. Seus teóricos ocuparam-se em convencer a opinião pública – e os governos que se seguiram – que os ajustes à sua base teórica se dariam para a sua reconfiguração a fim de lhe garantir força².

Soma-se à efervescência do debate neoliberal a ideia de industrializar-se que, durante a Segunda Guerra Mundial ganhou força. Com a demanda industrial, foi preciso qualificar a mão de obra.

[...] O Estado Novo assumiu a industrialização como meta, e é provável que essa opção tenha determinado (ou pelo menos, reforçado) a sua preocupação com a qualificação da força de trabalho, manifesta na Constituição outorgada em 1937. Era fácil deduzir-se que a política projetada de substituição de importações iria necessitar, em curto prazo, de contingentes adicionais de trabalhadores qualificados, que não estavam disponíveis. (CUNHA, 2000: 27)

Esta “nova” sociedade brasileira deveria ser moldada por meio da educação técnica nas escolas profissionalizantes, já que a formação humana também deveria estar prevista nos programas dos cursos de formação profissional, para além de aprender a manusear instrumentos e máquinas. Tendo a industrialização como estratégia de desenvolvimento econômico, a educação técnica sob responsabilidade do Estado passou a ter papel fundamental no processo de treinamento de pessoal para a indústria, já que não havia operários qualificados, nem recursos financeiros que pudessem ser aplicados para tanto.

Desde 1946, quando se comprovou que os recursos financeiros disponíveis não seriam suficientes para custear a expansão deste ramo de ensino – necessário que era para a formação da mão de obra que tornaria real o desenvolvimento econômico –, o governo e os setores interessados não hesitaram e consentiram a interferência dos Estados Unidos nas

² O debate neoliberal travado ao longo do Estado Novo foi liderado, principalmente, por Eugênio Gudin, economista carioca autodidata que, não por acaso, foi um dos organizadores dos primeiros cursos de economia no país, indicando haver outros intelectuais preocupados em difundir seus pressupostos teóricos pelo Brasil.

políticas do Estado brasileiro. Desta feita, foram assinados vários acordos nos mais diversos setores: são entendimentos, acordos de cooperação e de empréstimo, convênios, memorandos e emendas de todos os tipos, em todas as áreas da máquina pública.

1. A criação da CBAI e o *Boletim*

Os primeiros sinais de cooperação entre as partes para a educação técnica, por exemplo, foram de 1946, quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC) firmou um convênio com a *Inter-American Educational Foundation* (IAF)³ vinculada ao governo dos Estados Unidos. Por este acordo, o Ministério da Educação e Saúde no Brasil disponibilizou, para o exercício de 1946, US\$ 100.0000,00 (cem mil dólares), que foram gastos em cooperação com a IAF.

Denominado “Acordo Básico”, este primeiro convênio para a educação técnica foi prorrogado em 1951⁴. Neste momento, foi prevista a cooperação entre os dois governos de modo a garantir “a amizade, maior compreensão entre os povos e o estímulo e ampliação do intercâmbio de ideias e de processos pedagógicos no campo da educação profissional”. Em 1955 aprovou-se um Termo Aditivo – como previsto em 1951 –, prorrogando as ações do Acordo Básico até 1960⁵.

Para instrumentalizar os acordos foi criada a Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial – CBAI⁶ – órgão subordinado aos governos brasileiro e estadunidense, e responsável por executar as ações e projetos do programa de aperfeiçoamento do ensino industrial. A comissão teve representantes de ambas as partes: de um lado, o Superintendente da CBAI, responsável brasileiro, seria sempre o Diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação. O representante estadunidense era o Chefe da Delegação Americana.

Entre 1946 e 1961, período em que atuou, a CBAI publicou um informativo que tratava de assuntos relacionados à aprendizagem industrial e à formação dos trabalhadores. O

³ Hoje, a IAF é uma agência independente do governo dos Estados Unidos que oferece doações a organizações não-governamentais e de base comunitária na América Latina e do Caribe.

⁴ Decreto-Legislativo nº 1, de 30 de janeiro, publicado no Diário Oficial da União em 13 de fevereiro de 1951, entre as páginas 1917 e 1920 e registrado no Tribunal de Contas da União em 27 de fevereiro de 1951.

⁵ Este termo aditivo não foi encontrado para comprovação e consulta.

⁶ Cf. redação do “Acordo Básico”, no qual estão descritas as ações da CBAI.

objetivo do *Boletim da CBAI* foi divulgar os feitos da comissão aos dirigentes das escolas técnicas industriais, dar ciência do montante gasto pelos convênios bilaterais à medida que os governos liberavam os financiamentos e propagar a doutrina liberal por meio da educação ocorrida nas escolas técnicas industriais. De acordo com Jesus Belo Galvão, editor do *Boletim*, a CBAI deveria:

[...] promover, por parte de professores e dirigentes do ensino industrial, a meditação constante dos diversos problemas de educação, bem como ministrando subsídios, no tocante à Cultura Geral e à Cultura Técnica.

A par disso, vem-se esforçando o Boletim por, cada vez mais, congregar professores e dirigentes em torno do objetivo precípua de, ajustando ideias e aprimorando métodos, maior utilidade e eficiência na formação humana e profissional do nosso aluno.

Preocupando-se em equilibrar a seção doutrinária e a de subsídios com a já variada e frequente parte noticiosa, nem por isso deixa de ressentir-se da ausência de notícias, dados e informações das escolas. [...] (CBAI, nº 1, vol. V, janeiro de 1951, p. 577)⁷

O *Boletim* não publicou apenas relatórios. Por meio dos textos escritos por convidados, membros da CBAI – que eram direta ou indiretamente ligados à elite industrial –, ou extraídos de outras publicações à época, se comprovam os objetivos aos quais se prestava este ramo de ensino e a que se valia sua articulação com outras agências. Os textos veiculados ali não necessariamente foram escritos com exclusividade ao *Boletim*; alguns deles foram extraídos de livros ou de outras revistas mensais mantidas por organismos, entidades ou instituições responsáveis pelo desenvolvimento de outras áreas da administração pública ligadas à formação do cidadão-trabalhador e preocupadas com sua vida pessoal em horário de trabalho, ou não.

Pode-se dizer que a escolha dos artigos publicados pelo *Boletim* segue propósitos bem delineados. As informações prestadas ali seguem uma intencionalidade, considerando o público a que o periódico pretendia atingir. Não faziam sua leitura os estudantes das escolas, tampouco suas famílias. O alvo foram os diretores, professores e demais profissionais que atuavam com a prática educativa e que tinham relacionamento direto com os estudantes. Se havia um plano, foram estes os intelectuais responsáveis por fazê-lo consumado.

Sob este ponto de vista, não foi ao acaso que se selecionaram artigos de revistas da área da saúde, de médicos, higienistas, psicólogos, professores universitários brasileiros e norte-americanos, técnicos, empresários e suas organizações para o mundo do trabalho. Os

⁷ Grifo nosso.

diversos e variados órgãos que compunham a administração estatal se mostraram articulados e em pleno diálogo entre si, de modo a garantir a execução de um objetivo – desenhado conforme a base teórica dos grupos que se mantinham no poder à medida em que os governos se sucediam. Ora, quando um periódico transcreve artigos de outro, partilha também seu rol de argumentos, idéias e ações. O periódico propunha-se, portanto, a divulgar informações sobre o cotidiano das escolas para haver troca de experiência entre elas, mas com preocupação em doutrinar os envolvidos com a educação dos jovens aprendizes.

Pode-se dizer que o *Boletim da CBAI*, por meio dos intelectuais que operacionalizaram sua ideologia, procurou organizar a sociedade de acordo com os ideais dos grupos que estão no poder. Agiu organicamente para firmar os pressupostos neoliberais e impedir outra possibilidade de organização social. Como afirma Gramsci,

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. [...] (GRAMSCI, 1982: 3)

Na CBAI, estes intelectuais eram professores, psicólogos, empresários ou médicos com um repertório de base teórica muito bem organizado e com diálogo que transitava constantemente entre os valores da sociedade brasileira e a norte-americana.

Em julho de 1950, por exemplo, J. J. Bloomfield, Assistente Chefe da Divisão de Higiene Industrial do Serviço Federal de Saúde Pública dos Estados Unidos, teve um artigo publicado no *Boletim* para demonstrar problemas relativos à higiene do ambiente fabril, mas que se estendia para a vida pessoal dos trabalhadores. A limpeza evitaria que problemas maiores se desencadeassem; daí a necessidade da realização de campanhas de higiene e saúde:

Devemos explorar cada meio possível de promover uma apreciação de seguros objetivos sanitários e altos padrões profissionais nessa ponderável parcela de nossa população.

Há necessidade de desenvolver-se uma consciência social como uma política nacional.

[...]

O mais fraco elo de nossa cadeia reside em nossas disponibilidades para cuidar das doenças que surgem na família e no ambiente doméstico.

Defrontamos aqui com sérias dificuldades em organização médica educacional. Eis aí onde a falta de uma segura política social tem se mostrado pernicioso. (CBAI, n. 7, vol. IV: 483)

Num outro exemplo, em agosto de 1951 o *Boletim* comungou de um texto extraído das Publicações da União Pan-Americana, de 1944, demonstrando preocupação com a eugenia:

[...] Concebido com critério eminentemente profissional, o programa de higiene da escola secundária pode compreender tópicos como os seguintes: fases distintas da higiene pessoal, da escola, do lar, e da coletividade; nutrição; funções de conservação e proteção do organismo; enfermidades endêmicas; estimulantes e entorpecentes; primeiros socorros; higiene industrial; preparo para o casamento e para o lar; hereditariedade, eugenia e quaisquer outros tópicos ou problemas de importância para os alunos ou para a localidade e o país em que vivem. (CBAI, nº 8, vol. V, agosto de 1951: 692)

Ora, os intelectuais orgânicos em comunhão entre as agências, se interessavam pela limpeza social, para selecionar indivíduos mais agradáveis àquele projeto de sociedade. Havia também preocupação com a educação para os bons hábitos na vida pessoal. Os adolescentes deveriam ser orientados a ser comedidos em sua vida particular e observar “boas práticas sexuais” a fim de que o casamento fosse preservado, além de evitar o álcool e o tabaco.

É fora de dúvida que a sociedade humana melhoraria consideravelmente se evitasse o abuso do álcool e do fumo e, sobretudo, o uso dos narcóticos. Por isso, a criação de hábitos e consciência de temperança entre a juventude deve constituir capítulo importantíssimo no ensino da higiene.

[...] O desejo do jovem de crescer e tornar-se vigoroso, de preparar-se para o desempenho de uma profissão e de chegar a ser um membro respeitado da coletividade é um dos muitos interesses que se podem utilizar na formação de hábitos de temperança.

[...]

Além dos assuntos já mencionados, à escola cabe orientar o aluno em matéria de educação sexual. A sociedade humana tem constantemente diante de si o problema de ministrar a cada nova geração a orientação necessária acerca dos aspectos da vida que dizem respeito às relações entre sexos. Tais relações são de natureza complexa e variada e acarretam atitudes e hábitos associados com o desenvolvimento e a amizade, o noivado, o matrimônio e a paternidade. Por esta razão, a educação sexual não pode ser meramente uma série de lições em um programa de ensino, um certo número de noções a aprender. Deve, antes, ser encarada como um problema de convivência, como uma fase da educação da personalidade integral dos jovens. A educação sexual requer instrução, é claro, mas compreende mais do que instrução: é um processo progressivo de educação, planejado com o propósito de formar na infância e na adolescência os hábitos e atitudes desejáveis, que são necessárias à formação da família e à estabilidade do lar. (CBAI, nº 9, vol. V, setembro de 1951: 708-709)

Não bastava apenas incutir tais noções nos alunos das escolas técnicas. Ora, se as escolas são instrumentos “para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (GRAMSCI, 1982: 9), estas questões deveriam ocorrer ali e ser estendidas para além dos muros das instituições escolares e, portanto, era necessário também incluir a ação dos pais neste processo:

[...] Para assegurar tal concurso é conveniente, em muitos casos, mesmo indispensável – que a escola dedique todo esforço possível à educação dos pais. [...] muito se pode conseguir organizando classes e cursos de conferências para adultos e formando grupos de comissões de pais para o estudo da criança e de suas necessidades no que concerne à saúde e aos meios necessários à realização de um programa eficaz de melhoramento higiênico. [...] (idem)

Higienizar, neste caso, significava não apenas manter limpo o corpo e o ambiente em que se vive, mas também extirpar costumes considerados danosos à manutenção da vida em coletividade. Há de se considerar a intenção de se formar uma legião de cidadãos-trabalhadores domesticados e bem adaptados ao cabedal ideológico difundido pelos intelectuais orgânicos da burguesia, afastando sua possibilidade de autonomia político-ideológica.

Observando este grande número de artigos que se referem à formação moral e ideológica dos trabalhadores e que se põem como controladores de sua vida pessoal e sexual, cabe ser questionado o motivo de tamanha insistência. Por que os operários não poderiam levar a vida como quisessem, optando por sua própria ética?

2. Americanismo e fordismo nos Boletins da CBAI

Gramsci parte do pressuposto de que os Estados Unidos formaram uma sociedade em vantagem quando comparada à europeia. Considerando seu desenvolvimento histórico, os europeus contavam com classes de pessoas que viviam da exploração do trabalho alheio, tendo que sustentar um grande número de indivíduos que nada produziam – e, conseqüentemente, engessavam o aumento de lucros para a acumulação de capital. Seria o caso de famílias em que os filhos não trabalham, mas não conhecem limites quando querem satisfazer seus caprichos financeiros.

Mesmo admitindo que algumas filhas e esposas de industriais norte-americanos se comportavam como parasitas – “mamíferos de luxo” (GRAMSCI, 2007: 270) –, a sociedade americana não sofreria com este inconveniente já que, em sua grande maioria, a população estaria engajada e vivendo em função da produção industrial, o que daria corpo ao americanismo. Todos os indivíduos estariam encaixados num molde, de modo que a moral e os costumes servissem à organização do trabalho e do cotidiano forjado pela vida nas fábricas neste processo de industrialização. Todas as classes sociais estavam a contribuir para que esta nova ética levasse adiante o desenvolvimento do capitalismo industrial.

Por todo o desenrolar de sua vida, os trabalhadores americanos foram forçados a aprender que o sexo deveria seguir um certo pudor, dentro dos limites católicos do casamento. A função do homem deveria ser a de provedor da casa, enquanto que à mulher, sem questionar, cabia a tarefa de reprodutora, ou de “brinquedo”, considerando o fato de que o homem tinha a licença da prática sexual por “esporte” (GRAMSCI, 2007: 250).

Por ocasião dos convênios bilaterais, ambos os países puseram-se a ter trocas – tanto financeiras, quanto culturais – para além da movimentação do modo de produção capitalista no sentido de consolidar-se por meio da industrialização. Considerando esta transferência mútua de cultura entre brasileiros e estadunidenses, não é de se estranhar que, no Brasil, as mulheres tenham recebido tratamento diferenciado nas escolas técnicas, com cursos desenvolvidos especialmente para elas. Entre 1949 e 1950, os relatórios publicados pelo *Boletim* revelam que os técnicos brasileiros da CBAI enviados aos Estados Unidos ficaram responsáveis pela observação de como se organizava o ensino técnico feminino, tal como a produção de chapéus, corte e costura, e para estudar a orientação e a organização dos cursos de educação doméstica para moças. Além do envio de técnicos brasileiros aos Estados Unidos, a CBAI organizou séries metódicas para os cursos profissionais femininos.

Ao longo de boa parte dos Boletins, foram publicados verbetes do Curso de Corte e Costura, sob responsabilidade de Nair Maria Becker, sob o molde de fascículos⁸. A profissional fora a responsável pelas atividades femininas na CBAI, tendo desempenhado sua função com louvor. Os textos de sua autoria ao longo dos *Boletins* foram em grande número. Sua especialidade relacionava-se à costura, fato que não a impediu de escrever sobre outros assuntos que, parecendo fúteis, servem-nos a ilustrar como as mulheres deveriam aprender a ser subservientes ao homem. Em agosto de 1951, a autora escreveu sobre os botões e sobre como poderia causar desconforto aos homens quando estavam a despir suas esposas:

Eram considerados levianos, absolutamente despudorados, homens e mulheres que ousassem colocar botões num calção, num vestido [durante a Idade Média]. Era hábito então prender as roupas por laços, costurá-las no corpo, mas nunca abotoá-las. Cada vez que o homem ou a mulher precisasse despir-se, a roupa tinha de ser descosida e novamente costurada ao vestir-se outra vez. Naquela era, com uma indumentária tão sobrecarregada imagine-se a tortura de um marido cuja esposa não contasse com camareiras ou aias. (CBAI, nº 8, vol. V, agosto de 1951, p. 700)

⁸ Já em julho de 1950 o Boletim da CBAI estava a apresentar fascículos do Vocabulário Técnico Ilustrado de Corte e Costura. Não foi possível consultar os boletins anteriores para apresentar com exatidão a data em que começaram a ser publicados. A última edição em que se apresentam data de dezembro de 1951, com indicação de que no próximo número continuaria. Não foi possível o acesso aos Boletins de janeiro e fevereiro de 1952.

Nair Maria Becker contribuiu para a formação do comportamento feminino e, concomitantemente, agiu como intelectual orgânica a serviço das práticas pedagógicas liberais em conformidade com o processo de industrialização e racionalização do trabalho. Em setembro de 1953, num exemplo, a professora escreveu sobre a seleção e compra de móveis⁹. Num primeiro momento, o texto parece fútil. A forma como o assunto é tratado demonstra preocupação com o conforto durante o trabalho, mas com o fim único de racionalizar e otimizar as tarefas dos operários das fábricas e dos alunos enquanto aprendizes. “Os móveis não podem deixar de ser proporcionais à idade e à altura dos alunos a fim de atenderem perfeitamente às suas finalidades, propiciando condições favoráveis de trabalho. [...] é aconselhável ter na oficina cadeiras e mesas de alturas diversas”. (CBAI, nº 9, vol. VII, setembro de 1953, p. 1112).

A professora dá voz à ideia de que a sociedade brasileira estava a “americanizar-se” como um todo; é como se todos estivessem a perceber-se num processo de adaptação da vida às fábricas, a uma nova moral com costumes que não existiriam se não fosse a racionalização do trabalho nas indústrias. O homem deveria aprender uma nova ética sexual, a controlar seu psicofísico e a segurar-se enquanto animal para agir de acordo com novas normas e hábitos que possibilitassem o desenvolvimento do industrialismo sob os ditames do fordismo.

[...] Deve-se observar como os industriais (especialmente Ford) se interessaram pelas relações sexuais de seus empregados e, em geral, pela organização de suas famílias; a aparência de “puritanismo” assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas; a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado. (GRAMSCI, 2007: 252, grifo nosso)

Gramsci argumenta que a experiência de Ford acerca do controle da vida particular de seus funcionários tinha como único objetivo garantir o aumento da produção; o proibicionismo da Lei Seca evitava que o tempo fosse gasto com bebidas alcoólicas para dedicá-lo ao trabalho fabril (JOLL, 1979).

[...] é preciso que o trabalhador gaste “racionalmente” o máximo de dinheiro para conservar, renovar e, se possível, aumentar sua eficiência muscular-nervosa, e não para destruí-la ou danificá-la. E é por isso que a luta contra o álcool, o mais perigoso agente de destruição das forças de trabalho, torna-se função do Estado. [...] (GRAMSCI, 2007: 267)

⁹ Cf. Anexo M.

O mesmo se pode dizer sobre a investigação da vida sexual dos trabalhadores por parte dos patrões, viabilizada e incentivada pelo *Boletim da CBAI*: o zelo com a família e o lar forçariam o cidadão de bem ao descanso para que, no dia seguinte, estivesse disposto a se comportar como uma máquina no trabalho. A procura por prostitutas exigiria o ócio dos trabalhadores, o que não configura um modelo de bom comportamento ao industrial, que procura operários comprometidos com o processo de produção para garantir os lucros das classes dominantes. Se não existirem indivíduos com este perfil, a saída é fazê-los absorver este modo de ser em suas mentes. Sobre a inculcação de valores especificamente à classe trabalhadores, Gramsci chega a destacar, inclusive, o índice de divórcios nos Estados Unidos; estes seriam mais numerosos entre as classes superiores quando comparados às classes menos abastadas (GRAMSCI, 2007).

Desta feita, ninguém menos que os professores para cuidar da formação do caráter dos estudantes e futuros trabalhadores, de acordo com esta nova ética determinada pelo industrialismo americanista. Para Nair Becker, os professores deveriam calcular tudo o que estivesse por ocorrer durante uma aula na oficina, já que eram os responsáveis pela formação moral dos estudantes: “É de suma importância o trabalho do professor na oficina da escola, pois é ele quem lida intimamente com os estudantes, exercendo poderosa influência sobre os *hábitos e caráter de seus alunos*.” (CBAI, nº 8, vol. VII, agosto de 1953, p. 1091, grifo nosso).

É certo, portanto, que o fordismo perseguiu a todo custo transformar homens em animais com um raciocínio mecânico introjetado em seu intelecto ou, como nos dizeres de Gramsci, os trabalhadores mais passaram a parecer “gorilas amestrados”. Para que não se apercebessem disso, a estratégia do industrial foi usar a educação. A separação entre o trabalho manual e o conteúdo humano não poderia soar como algo negativo aos operários, mas precisava acontecer. A educação, neste caso, figura como campo de luta pela hegemonia, já que possibilita o aprendizado às classes subalternas do que desejam as dominantes. É por meio da transmissão deste conteúdo nas escolas que os industriais garantem uma sociedade coesa e fértil aos seus objetivos. “[...] A adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho não pode ocorrer apenas através da coação social [...] Por isso a coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consenso [...]” (GRAMSCI, 2007: 272-273). Dessa forma, o direcionamento cultural desejado pelas elites e viabilizado pelo Estado através

das escolas técnicas é prova de que as classes dominantes buscaram assegurar sua hegemonia. Os *Boletins da CBAI* são provas incontestáveis desta postura.

Além disso, há uma outra questão a ser destacada. Sendo a CBAI um órgão governamental, seu veículo de informação não deveria mencionar a preferência por quaisquer que fossem os credos religiosos – salvo pelo fato de que a laicidade do Estado não era um objetivo a ser perseguido, propositalmente. No entanto, os editoriais e alguns de seus artigos citam o cristianismo e o exaltam como modelo de conduta. Em editorial de dezembro de 1958, por exemplo, o tom cristão-católico enaltece o findar do ano: “Chegamos à décima-segunda e última etapa do ano de 1958. Estamos vivendo os dias de ansiedade e alegria que precedem a festa máxima da cristandade – o Natal – e o ano novo – 1959”. (CBAI, nº 3, vol. XII, dezembro de 1958, p. 1).

No número seguinte, um informe sobre as festividades de Natal e Ano Novo demonstra este discurso cristão novamente:

Pessoas há, ainda, que desconhecem a existência de um vínculo de fraternidade entre a nação brasileira e o povo norte-americano. Podemos citar como exemplo dessa união, o precioso trabalho que, através da CBAI, é desenvolvido no Centro de Treinamento de Professores, instalado na Escola Técnica de Curitiba, onde um “staff” de competentes técnicos da grande República do Norte, ao lado de especialistas nacionais, conjunta e amigavelmente trabalha pelo progresso de nossa Pátria, em determinados setores de atividade, cumprindo o sacro e humano princípio bíblico – “Ama a teu próximo como a ti mesmo”. (CBAI, nº 1, vol. XIII, janeiro de 1959, p. 7).

Num exemplo mais emblemático, em dezembro de 1960, o Boletim publicou a tese elaborada pela Prof^a Maria Junqueira Schimidt, apresentada no 1º Simpósio de Orientação Educacional de São Paulo. Sob o título “Requisitos de Personalidade do Orientador Educacional”, a autora enumera uma série de características que julga necessárias ao profissional no desempenho de suas tarefas. Para ela, o responsável pela orientação dos adolescentes teria de criar uma “[...] atmosfera de gradual integração nos princípios cristãos, auxiliando o trabalho de elaboração de uma escala de valores. O bem não se impõe: ele se comunica. [...]”, mesmo porque esperava-se que o orientador “personificasse um ideal”.

Dentre as outras características desejáveis num orientador educacional figuravam o afeto com que deveria tratar os adolescentes, de modo a lhes mostrar que eram capazes de “[...] servir às grandes causas e de se dar sem limites”; possuir maturidade afetiva “[...] praticando princípios da higiene mental como conhecimento das suas limitações para evitar amarguras; sociabilidade; espírito esportivo para não dramatizar as dificuldades [...]” (CBAI,

1960:13-15); ser compreensivo, exercer liderança e, por fim, ser possuidor de ética profissional em conformidade com a fé cristã:

[...] A discrição e a prudência devem acompanhar qualquer informação ou julgamento. O sigilo profissional impõe-se como princípio fundamental de orientação. A presença do Orientador Educacional deveria suscitar a preocupação da vida moral; sua figura-testemunho deveria significar dever, consciência, correção, verdade, fé; figura, todavia sempre acessível e agradável, acolhedora e humana. (CBAI, nº 10, vol. XIV, dezembro de 1960, p. 15).

Quando se utiliza do apelo à religião para formar o cidadão sob seus princípios, a CBAI também transforma a educação em campo de luta pela hegemonia. Mencionar aspectos da doutrina cristã e demonstrá-los como o ideal a ser seguido, nada mais é do que usar a religião para conformar o cidadão à concepção de mundo e à ordem que se quer conservar. Gramsci faz duras críticas a esta questão afirmando que quando as classes subalternas são forçadas a adotar o espírito religioso, são levadas a afastar-se do “socialismo em função da coerção moral” e a aceitar, sem questionar, a “dominação capitalista em nome da ideologia religiosa” (GOMES, 2012: 21).

Não se pode perder de vista que o Brasil traz arraigada consigo a tradição católica. O pensamento religioso imbricou-se no modo de conceber a vida das pessoas comuns num processo que leva séculos. Desde os primórdios da ocupação do território brasileiro pelos europeus, no século XVI, até a segunda metade do século XX, quando imigrantes – também europeus – foram convidados a contribuir com o branqueamento da população brasileira, a ideologia religiosa católica só pôde ser reforçada quando da troca de experiências e costumes entre sociedades diferentes. É um processo histórico que beneficia e favorece as classes dominantes – buscando ser hegemônicas por todo este tempo, seja nas relações sociais que se baseiam na tradição e sedimentam o senso comum, seja criando um aparelho para a ação formativa (catequese) ou se utilizando do aparato estatal escolar para tanto.

Gramsci acusava os religiosos de acreditarem que a resolução dos problemas da humanidade se daria no plano transcendental e que pouco ou nada as pessoas poderiam fazer para mudar a ordem das coisas, tidas como resultado da vontade divina. O senso comum teria força na mentalidade das classes subalternas à medida em que semeia a ideia de que tudo está dado pela vontade de Deus e não cabe aos operários idealizar uma sociedade diversa, em que não haja desigualdades sociais. Logo, não faria sentido lutar por justiça ou igualdade pois

a ordem divina favoreceria este estado de coisas. A práxis revolucionária, portanto, não deve proceder como o objetivo de uma sociedade porque Deus assim o quis.

“[...] Gramsci defendia a superação da concepção religiosa de mundo como necessária à consolidação da revolução proletária, e defendia a educação dos trabalhadores em uma perspectiva crítica que os conduzisse a filosofia da práxis [...]” (GOMES, 2012: 109-110). Ou seja, à medida em que se posiciona favorável à concepção religiosa de mundo, o *Boletim da CBAI* busca evitar a revolução da ordem disseminando entre os estudantes e operários uma ideologia que confirma sua opção de classe, considerando a aliança histórica entre clero e burguesia. Princípios como simplicidade, perdão, caridade e aceitação da pobreza serviram, neste caso, à moral religiosa que, por sua vez, conformava em si os objetivos da burguesia enquanto classe hegemônica, além de garantir a paz e evitar conturbações sociais frente à exploração capitalista. Em outras palavras, o conformismo e a docilidade da classe trabalhadora como resultado da ação formativa da religião, possibilitavam segurança para a classe dominante.

O pensamento gramsciano defende a ideia de que religião é algo diverso de filosofia e que, esta teria a função de transformar uma concepção de mundo, em oposição a conformar. A religião era vista por ele como instrumento de dominação da burguesia e que, portanto, deveria ser superada por outra visão de mundo, o materialismo histórico e dialético. A religião, para os socialistas, seria uma forma transitória de enxergar e explicar as coisas; chegaria o momento em que seria superada. Para que isto viesse a acontecer, seria necessário que os trabalhadores se vissem na posição de filósofos, apropriando-se do saber existente e transformando-o em conhecimento popular, ou seja, questionar as bases filosófico-científicas de tudo o que existe seria uma forma de superar o senso comum concretado pelas classes dominantes e, portanto, não mais subordinar-se a elas.

3. Considerações finais

Não há dúvidas de que a conformação da classe trabalhadora aos princípios moralistas de racionalização do trabalho e a utilização do discurso religioso veiculado pela CBAI são formas que ela encontrou para garantir a hegemonia das classes dominantes durante o desenvolvimento do capitalismo industrial.

A CBAI se portou como intelectual orgânico das classes dominantes que, por sua vez, buscavam usar a educação técnica industrial como campo de luta pela hegemonia. Como bem analisou Antonio Gramsci, historicamente, a sociedade estadunidense favoreceu-se de uma organização social voltada para o desenvolvimento do capitalismo industrial e conformou seus cidadãos-trabalhadores ao contexto pela formação de conduta oferecida pelas instituições educativas estatais, mas a serviço das classes dominantes que, fordizando, garantiriam sucesso no acúmulo de capital. Parece-nos que o objetivo dos *Boletins da CBAI* foi ser a voz dos intelectuais orgânicos da burguesia para consolidar, no Brasil, o liberalismo como conduta individual do homem comum visando, principalmente, rejeitar as sementes da práxis revolucionária em solo que, naquele período, era perigosamente fértil.

4. Referências

Boletim da CBAI, Rio de Janeiro, v. V, n. 1, jan. 1951.

Boletim da CBAI, Rio de Janeiro, v. V, n. 8, ago. 1951.

Boletim da CBAI, Rio de Janeiro, v. V, n. 9, set. 1951.

Boletim da CBAI, Rio de Janeiro, v. VII, n. 8, ago. 1953.

Boletim da CBAI, Rio de Janeiro, v. XIII, n. 1, jan. 1959.

Boletim da CBAI, Rio de Janeiro, v. XIV, n. 10, dez. 1960.

CUNHA, L. A. **O Ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

GOMES, J. M. **Religião, Educação e hegemonia nos Quaderni Del Carcere de Antonio Gramsci**. Dissertação de mestrado, UEM, 2012.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. Volume 4 – Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1975. 3a Ed.

